



DECLARAÇÃO DA CIMEIRA PARALELA DA SOCIEDADE CIVIL UA-UE

LUANDA, 25 DE NOVEMBRO DE 2025

Organizações da sociedade civil de toda a África e Europa reuniram-se em Luanda, Angola, em 19 de novembro de 2025, para a Cimeira Paralela da Sociedade Civil da União Africana e da União Europeia, sob o lema «As relações da UE com África devem significar justiça e inclusão para os povos africanos». Realizado antes da Cimeira oficial da UA-UE, este encontro reuniu movimentos sociais, ONG, igrejas, redes de jovens, grupos feministas, sindicatos, coligações ambientais e ativistas de ambos os continentes para articular prioridades e exigências comuns para uma parceria baseada na dignidade, equidade e participação democrática genuína.

A Cimeira centrou as suas discussões em cinco temas interligados: paz e governação; desenvolvimento sustentável; sistemas alimentares e agroecologia; governação dos recursos naturais e indústrias extractivas; e dívida e reparações. Embora as sessões temáticas tenham abordado diferentes áreas políticas, um fio condutor consistente percorreu todas as contribuições: a atual relação UA-UE ainda é moldada por profundas desigualdades estruturais e, sem uma mudança fundamental na vontade política e na dinâmica do poder, continuará a reproduzir a injustiça em vez de a transformar.

Os participantes salientaram que muitos países africanos continuam presos em ciclos de instabilidade política, dívida, insegurança e corrupção, tudo agravado pela redução do espaço cívico. Estes desafios não são aleatórios; resultam de longas trajetórias históricas, incluindo a criação de fronteiras coloniais, agendas de desenvolvimento impulsionadas externamente e a persistência de elites políticas e económicas que beneficiam de instituições fracas. Os líderes da sociedade civil argumentaram que, décadas após a independência, muitos Estados africanos ainda operam dentro de estruturas de governação que não conceberam. Esta falta de enraizamento nas identidades locais e nas realidades sociais continua a alimentar tensões, exclusão e desconfiança.

A liberdade de expressão, o jornalismo independente e o direito à informação foram destacados como áreas de profunda preocupação. Em muitos contextos, a interferência política, os baixos salários e a cooptação de jornalistas experientes para as estruturas governamentais enfraqueceram a independência dos meios de comunicação social. A sociedade civil alertou que, sem uma imprensa vibrante, a responsabilização pública entra em colapso. A parceria UA-UE, argumentaram, deve incluir compromissos concretos para

proteger as liberdades cívicas, prevenir a repressão e garantir que as vozes dos cidadãos – e não das empresas ou das elites políticas – moldem as prioridades nacionais e regionais.

No que diz respeito ao desenvolvimento sustentável, os participantes observaram que, embora África tenha assistido a décadas de investimento em infraestruturas, os benefícios continuam a ser desiguais e, em muitos casos, não chegam às comunidades que mais precisam deles. Persistem vastas disparidades regionais. Os grandes projetos raramente incorporam a participação local, excluindo mulheres e jovens, e, muitas vezes, não geram empregos sustentáveis nem mobilidade social a longo prazo. Muitos oradores salientaram que o modelo de desenvolvimento dominante se centra no crescimento económico, promovendo soluções baseadas no mercado sem transformar as desigualdades estruturais. Enfatizaram a necessidade urgente de uma descentralização e que capacite os governos locais e as comunidades para moldar os seus próprios caminhos de desenvolvimento.

As relações económicas entre África e a Europa foram identificadas como um importante ponto de discórdia. África continua a exportar matérias-primas enquanto importa produtos processados caros – um padrão que reflete a economia colonial e impede a industrialização no continente. Ao mesmo tempo, o comércio intra-africano continua extremamente baixo, limitando tanto a produtividade como o potencial de integração regional. Os participantes criticaram a liberalização prematura do comércio, argumentando que os países africanos não podem competir de forma justa com os produtores europeus fortemente subsidiados. O reforço dos mercados regionais deve preceder qualquer aprofundamento dos acordos comerciais entre a UA e a UE.

A governação dos recursos naturais – particularmente a mineração, o petróleo e o uso de terras em grande escala – surgiu como uma das preocupações mais urgentes. As comunidades que vivem em regiões ricas em recursos relataram ter sofrido os piores impactos: pobreza, deslocamento, confiscação de terras, contaminação da água e degradação ambiental. Entretanto, os benefícios fluem para fora – para empresas, intermediários e governos centrais. A sociedade civil exigiu contratos transparentes; mecanismos claros e exequíveis de partilha de receitas; participação significativa da comunidade; reabilitação ambiental; e investimento em cadeias de valor locais que criem empregos onde ocorre a extração. Os participantes também levantaram preocupações sobre os duplos padrões globais, destacando que muitas empresas internacionais seguem regras ambientais e sociais rigorosas na Europa, mas ignoram-nas quando operam em África.

As mulheres e os jovens enfrentam barreiras especialmente elevadas à participação política e económica significativa. Em todos os setores, enfrentam desigualdade salarial, discriminação de género, assédio moral e sexual e oportunidades limitadas de progressão na carreira. Os centros de formação e o ensino superior continuam concentrados nos centros urbanos, e o elevado custo dos estudos exclui muitos. Além disso, a inadequação entre a educação e as necessidades do mercado de trabalho deixa muitos jovens com

qualificações que não se traduzem em emprego. A sociedade civil apelou a uma formação técnica e profissional mais forte, a políticas de equilíbrio entre o trabalho e a família, a ambientes mais seguros para as mulheres e à formalização progressiva do trabalho informal.

A partir destas discussões, a Cimeira estabeleceu uma série de prioridades comuns para a UA, a UE e os Estados-Membros. Estas incluem:

- proteger o espaço cívico, reforçar os meios de comunicação independentes e permitir a participação democrática direta;
- descentralizar a governação para capacitar as autoridades locais e garantir o acesso equitativo aos serviços;
- melhorar a cooperação regional transfronteiriça para aumentar a produtividade e permitir o comércio justo;
- colocar as comunidades no centro da governação dos recursos naturais através da transparência, da responsabilização e da partilha de receitas;
- adotar estratégias ativas de emprego que priorizem as mulheres e os jovens;
- e salvaguardar a soberania alimentar, apoando a agroecologia, os sistemas de sementes geridos pelos agricultores e a eliminação das exportações de pesticidas perigosos para África.

Os participantes também concordaram em desenvolver uma agenda conjunta da sociedade civil africana e europeia antes dos principais processos em 2026. As principais campanhas conjuntas se concentrarão na defesa dos direitos das comunidades sobre a terra e os recursos naturais, na proteção das sementes locais e da biodiversidade e na promoção da justiça em relação aos pesticidas e da saúde ambiental.

A Cimeira concluiu com uma mensagem clara e unificada: África e a Europa devem construir uma nova relação baseada não na extração ou dependência, mas na solidariedade, justiça e responsabilidade partilhada. A sociedade civil está pronta para trabalhar em conjunto, além das fronteiras e movimentos, para garantir que as vozes das pessoas – e não das elites políticas ou dos interesses particulares – moldem o futuro da cooperação entre a UA e a UE.

###